

Bruna Távora de Souza Martins^a

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marcelo Rangel Lima^b

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Inovação e criatividade nos movimentos sociais: a experiência econômico-cultural do espaço Raízes do Brasil no Rio de Janeiro

Recebido em: 31 jul. 2020.

Aprovado em: 23 jun. 2021.



RESUMO

Este artigo reflete sobre a construção do espaço Raízes do Brasil, implementado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um empreendimento de economia popular que comercializa alimentos agroecológicos produzidos em sistemas camponeses de produção. Para desenvolver a reflexão, articulamos o conceito de agroecologia com a concepção de inovação e criatividade presente na obra de Celso Furtado. A partir disso, trazemos a crítica à lógica monocultural do agronegócio conforme realizada pela autora indiana Vandana Shiva. Para analisar a experiência, foi realizado um acompanhamento das atividades do espaço entre os meses de dezembro de 2018 e julho de 2019 e também análise do *Relatório de Atividades do Setor de Abastecimento Popular* cedido pelo MPA. Neste *Relatório*, observamos dados quantitativos como o número de municípios, cooperativas e famílias produtoras participantes, além do número de consumidores que consomem no Raízes do Brasil. As conclusões apontam que, através do fortalecimento de vínculos culturais e de práticas agroecológicas, a experiência contribui com inovações alternativas à lógica técnico-produtiva e de consumo do sistema agroalimentar monocultural.

Palavras-chave

Inovação. Agroecologia. Criatividade. Desenvolvimento. Movimento dos Pequenos Agricultores.

a. Doutoranda em Tecnologias de Comunicação e Estéticas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação e graduada em Comunicação Social (Audiovisual) pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Movimentos Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Comunicação e Mídias Digitais pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. E-mail: tavora.bruna@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5364811894174834>

<https://orcid.org/0000-0002-8545-4129>

b. Mestre em Comunicação e graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universidade Girona e Instituto Itaú Cultural. E-mail: marcrangel@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1971201017222386>

<https://orcid.org/0000-0001-6462-3432>

Bruna Távora de Souza Martins^c
 Federal University of Rio de Janeiro
 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Marcelo Rangel Lima^d
 Federal University of Sergipe
 São Cristóvão, Sergipe, Brazil

Innovation and creativity in social movements: the economic-cultural experience of the Raízes do Brasil space in Rio de Janeiro

Received: July 31th, 2020.

Approved: June 23th, 2021.



ABSTRACT

This paper reflects on the construction of the Raízes do Brasil space, implemented by the Movimento dos Pequenos Agricultores [Small Farmers Movement] (MPA) in the city of Rio de Janeiro. This is a popular economy enterprise that sells agroecological foods produced in peasant production systems. To develop the reflection, we articulated the concept of agroecology with the concept of innovation and creativity present in Celso Furtado's works. From this, we bring the critique of the monocultural logic of agribusiness as carried out by the indian author Vandana Shiva. To analyze the experience, a follow-up of the space activities between the months of December 2018 and July 2019 was carried out, as well as an analysis of the *Popular Supply Sector Activity Report* provided by the MPA. In this *Report*, we observe quantitative data such as the number of participating municipalities, cooperatives and producing families, in addition to the number of consumers who consume in Raízes do Brasil. The conclusions point out that, through the strengthening of cultural bonds and agroecological practices, the experience contributes with alternative innovations to the technical-productive and consumption logic of the monocultural agrifood system.

Keywords

Innovation. Agroecology. Creativity. Development. Movimento dos Pequenos Agricultores [Small Farmers Movement].

c. Doctoral candidate in Communication Technologies and Aesthetics at the Federal University of Rio de Janeiro. Master in Communication and B. A. in Social Communication (Audiovisual) by the Federal University of Sergipe; Specialist in Social Movements from the Federal University of Rio de Janeiro and in Communication and Digital Media from the Sergipe School of Administration and Business. Email: tavora.bruna@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5364811894174834>

<https://orcid.org/0000-0002-8545-4129>

d. M. A. in Communication and B. A. in Social Communication (Journalism) from the Federal University of Sergipe; Specialist in Cultural Management and Policies from University of Girona and Itaú Cultural Institute. Email: marcrangel@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1971201017222386>

<https://orcid.org/0000-0001-6462-3432>

Introdução

Apesar da hegemonia da racionalidade instrumental no setor agroalimentar, que logrou impor a mercantilização de bens comuns como a água, o solo e as sementes para todo o globo, este artigo busca compreender as estratégias de inovação e invenção de racionalidades alternativas desenvolvidas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores com ênfase em uma experiência que ocorre na cidade do Rio de Janeiro. A hipótese que conduziu os resultados aqui apresentados é que o espaço Raízes do Brasil, empreendimento da economia popular desenvolvido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores no Rio de Janeiro, é uma inovação institucional e cultural em relação à lógica técnico-produtiva e de consumo do sistema agroalimentar monocultural.

Isto porque a sua criação vem permitindo consolidar um Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) que passou a organizar em rede os produtores e consumidores de alimentos produzidos nos sistemas agroecológicos e camponeses ligados ao MPA, permitindo a organização de um sistema de produção e de consumo próprios. As conclusões apontam que a experiência do Raízes do Brasil possibilita a construção de aprendizagens técnicas e intelectuais distintas daquelas produzidas pelo setor do agronegócio, configurando-se como fonte de inovação alternativa às forças produtivas e relações sociais do sistema agroalimentar monocultural.

Tal estratégia produtiva antagoniza com o sistema agroalimentar hegemônico, que é produtor de monoculturas do solo e também de monoculturas da mente. A noção de “monocultura da mente” é uma metáfora cunhada pela autora indiana Vandana Shiva (2002) e sintetiza as relações sociais do sistema agroalimentar monocultural, que, desde a chamada “revolução verde”, tem sua lógica baseada na dependência econômica, de conhecimento e de tecnologia que desfuncionalizam o saber tradicional, pondo-o em relação subalterna em relação à ciência empresarial que orienta inovações tecnológicas e lógicas produtivas do setor.

Para pensar o aspecto inovativo da economia e do trabalho do movimento e entender suas consequências como geradoras de racionalidades e conhecimentos, acompanhamos o pensamento de Celso Furtado (2008; 1997) que acresce à análise econômica as reflexões sobre cultura e criatividade. Sob sua perspectiva, é possível articular dialeticamente a forma econômica e a forma cultural. A análise teórica articula ainda reflexões sobre economia popular de autores como Orlando Nuñez (2007), Anibal

Quijano (2007; 1998) e Gonzalo Vázquez (2017) com análises sobre cultura, desenvolvimento, inovação e criatividade presentes no trabalho de Celso Furtado (2008; 1997).

Observamos que os aspectos alternativo e inovador da experiência residem principalmente em três elementos: a) organização de rotinas e dinâmicas de trabalho permeadas pela lógica da cooperação e da reciprocidade não subordinada aos imperativos da acumulação b) aprendizagem de técnicas/tecnologias de produção agroecológicas e policulturais, c) formas de consumo que implicam em auto-responsabilização do consumidor.

Os resultados aqui apresentados combinam a participação na construção do empreendimento no período de dezembro de 2018 e agosto de 2019 com a consulta ao documento *Relatório do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular* (MPA, 2019). A partir deste *Relatório*, observamos dados quantitativos como o número de municípios, cooperativas e famílias produtoras participantes, além do número de alimentos disponíveis e de consumidores participantes Também analisamos a experiência a partir da revisão bibliográfica do *Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular* (SILVA et al, 2019), documento político do MPA.

Inovação, Economia Popular e Criatividade

Empreendimentos de economia popular têm sua origem nas lutas organizadas dos grupos sociais que enfrentaram as problemáticas da carestia e organizaram formas econômicas para garantir a sobrevivência. Aníbal Quijano (2007) afirma que se trata de um conhecimento acumulado e sistematizado através de experiências institucionais, muitas delas de caráter socialista e popular, que têm como princípios habilidades técnicas como associativismo, comunitarismo e autogestão.

O mais destacado pelos autores desse campo de estudo é que essa forma econômica não advém à priori da existência de valores solidários ou de reciprocidade. Trata-se da invenção de uma estratégia de sobrevivência frente à natureza do capitalismo. Os sujeitos que operam sua realização são marginalizados dos processos hegemônicos da economia, e, portanto,

são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o consequente comportamento da realidade, que leva os trabalhadores a constatá-lo apenas na medida em que saem e se libertam das regras do jogo do capitalismo e exercem as práticas sociais que os conduzem para reapropriar o controle de seu trabalho, recursos e produtos (QUIJANO, 2007, p.154. Tradução nossa).

O autor explica que, com o contexto de crise do capital, amplos setores de trabalhadores desenvolvem práticas sociais fincadas na apropriação do controle sobre o trabalho, combinando-as com estratégias de reciprocidade. O objetivo é manejar com menor desvantagem as relações econômicas do sistema capitalista e, com isso, garantir o acesso às necessidades materiais necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Nesse contexto, o processo produtivo não se ancora na acumulação de excedentes, mas na reprodução social da vida dos envolvidos e depende de associativismo, cooperação e reciprocidade para que ocorra.

Nesse aspecto, as condições materiais e contingenciais da economia popular culminam em uma organização produtiva que resulta da invenção de recursos/processos alternativos para o benefício comum de seus participantes, sempre coexistindo com as dinâmicas da economia hegemônica (VÁSQUEZ, 2017).

Deste modo, observa-se que os trabalhadores se organizam esquivando-se das lógicas da economia capitalista e, ao mesmo tempo, desenvolvendo competências e habilidades cooperadas, inovações institucionais e ações políticas aderentes ao desenvolvimento do trabalho. Deste modo, constitui-se uma racionalidade reprodutiva e alternativa, em que a solidariedade e a noção de cooperação (em oposição ao individualismo) são estruturantes desse modo de fazer (VÁSQUEZ, 2017; QUIJANO, 2007).

Em “Cultura y Desarrollo” (2003), Furtado ressalta a importância das inovações para o desenvolvimento econômico e destaca que, para o surgimento de novas estruturas sociais, é fundamental a existência de uma inventividade intencional que experimente e ponha em prática novos arranjos produtivos. No interior dos sistemas estruturais dependentes (como é o caso brasileiro), são esses elementos de criatividade e de inventividade que diversificam as formas institucionais existentes, ampliando a possibilidade de desenvolvimento social e econômico.

O autor entende que o desenvolvimento é uma ação orientada por parâmetros de criatividade institucional, organizacional e tecnológica. Essa ação influencia a “apti-

dão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas e tomar decisões em face da incerteza” (FURTADO, 2008, p. 111). Nesse contexto, a criatividade é apresentada tanto como uma “força geradora de novo excedente”, como um “impulso criador de novos valores culturais” (*Idem*, p. 112), sendo uma força essencial para o desenvolvimento social.

No que concerne ao aspecto do sistema agroalimentar, pode-se destacar que no caso do movimento político aqui analisado, as relações de inovação são observadas no nível do paradigma da atividade agrícola, no nível do processo de produção e no nível dos produtos comercializados.

No nível do paradigma produtivo, a lógica de produção é baseada na agroecologia. A agroecologia é uma metodologia de trabalho que se opõe à lógica mais geral do sistema do *agrobusiness*, pois sua dinâmica é baseada na produção de alimentos plantados em sistemas policulturais sem uso de agrotóxicos, acompanhando uma forma de organização do trabalho que antagoniza com os modelos subordinados de devastação dos ecossistemas sócio-naturais (ALTIERI, 2014).

A agroecologia surge como uma invenção institucional e produtiva em meados dos anos 1970 e fornece um conjunto holístico que envolve tecnologia, ciência, produtividade e comunitarismos. Sua prática, ao longo das décadas, culmina em uma estrutura metodológica de produção que, ao mesmo tempo, se opõe ao sistema monocultural e investiga novas técnicas produtivas e de cooperação.

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2014, p.75).

Por outro lado, a lógica hegemônica de produção do agronegócio combina a deficiência deliberada de estruturas de educação, comunicação e tecnologia com relações exploratórias de trabalho e degradação ambiental. Essa racionalidade prepara “as co-

munidades para a subalternidade ao agronegócio, nas suas várias dimensões econômica, social e cultural” (CHÃ, 2018, p. 184). Sua dinâmica influencia até mesmo o gosto das populações, acarretando uma espécie de bioprogramação do gosto alimentar que forja um hábito cultural baseado no consumo de alimentos industriais e ultraprocessados (SILVA et al, 2019, p. 56).

A lógica industrial do setor baseia-se no manejo de monoculturas subordinando a natureza às exigências da acumulação de capital e transformando ecossistemas em fontes de extração de matéria-prima. Esse fato provoca o que Vandana Shiva (2002) chama de “apagamento de um espaço cognitivo” que, dentre as consequências, faz desaparecer a utilidade da natureza para a produção biodiversificada de alimentos. Com isso, “os sistemas de saber que nasceram da capacidade que a floresta tem de fornecer alimento são, por conseguinte, eclipsados e finalmente destruídos, tanto pelo descaso quanto pela agressão” (p.28).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os conhecimentos e as aprendizagens ligadas ao uso da terra para a manutenção da vida e do trabalho das populações que habitam esses locais são tornados obsoletos. Isso oculta a importância de suas práticas e conhecimentos para a conservação da natureza e, ao mesmo tempo, amplia o processo de expulsão das zonas rurais e agricultáveis.

Esse contexto ameaça a soberania das famílias camponesas, tanto do ponto de vista de sua existência física, quanto do ponto de vista de seus conhecimentos e saberes (ALTIERI, 2014). Seu amplo desenvolvimento tem ainda o apoio de organismos institucionais que, com os processos de crise do capital, têm imposto às políticas de estado uma lógica de flexibilização da preservação ambiental, combinada com a extinção de políticas públicas de educação e cultura vinculadas aos interesses sociais da população.¹

Na perspectiva da ciência e da tecnologia, o setor investe no financiamento de técnicas de produção de organismos geneticamente modificados, criam recursos jurídicos que garantem a propriedade intelectual e a patente de espécies e seres vivos, estruturam as forças produtivas em modelos informatizados e conectados com sistemas

1. No caso do Brasil, destacam-se as últimas iniciativas do Governo Federal, que reduziu o Ministério da Cultura a uma Secretaria, afirmando o caráter de entretenimento da Cultura. Também se destaca o Decreto n.º 20.252, publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 2020, que reorganizou a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfraquecendo programas de formação, instrução e educação para as comunidades rurais e povos tradicionais.

de informação de captura de conhecimentos comuns e dados. Com isso, convertem em informações comercializáveis tudo o que capturam desses processos. Deste modo, atualizam a lógica do progresso técnico industrial para a agricultura 4.0, e, consequentemente, estimulam técnicas poupadoras de mão de obra (MOONEY, 2018).

Esse cenário canaliza a criatividade para a dinâmica produtiva do agronegócio e provoca uma retração do desenvolvimento de formas de conhecimento baseadas no bem estar e na reprodução social das populações. Com isso, a diversidade cultural e de conhecimento das comunidades agricultoras é ameaçada e suas capacidades produtivas e cognitivas são restringidas.

Em uma perspectiva macrossocial, Furtado (2008) define que a subsunção do conjunto da população à lógica da acumulação do capital e à racionalidade instrumental do capitalismo transfigura-se na mediocrização da sabedoria e da cultura, gerando atrofiamento e amesquinamento da faculdade de criar. Isso constribe a criatividade humana e restringe inovações e aprendizagens em arranjos produtivos alternativos. O autor empenhou-se em sistematizar sua contribuição em torno da superação dessa subordinação, elaborando uma perspectiva que contempla a dimensão da cultura e da criatividade para a superação das desigualdades.

A criatividade e a inventividade são apontadas pelo autor como capazes de incrementar ações e decisões que, mediadas por uma ativação da política de novas lutas sociais, incidem em mutações do sistema econômico e inventam novos tipos de associações. Há, entre essas experiências, uma descoberta de novas áreas de ação em que o traço comum é o protagonismo da atividade política dos movimentos contemporâneos e o antagonismo à preeminência da lógica dos meios (FURTADO, 2008).

Nesse sentido, os esforços para superar os processos de subdesenvolvimento envolvem a investigação de forças políticas e culturais já existentes e em atividade. A partir dessas experiências concretas, pode-se derivar e projetar formas institucionais inovadoras e políticas públicas interessadas no desenvolvimento da população, que, ativem processos antagônicos à racionalidade instrumental e provoquem descontinuidades nas estruturas dominantes (FURTADO, 2008).

É pela mediação dessas pistas teórico-metodológicas que apresentamos a experiência do Raízes do Brasil, afirmando-a como uma experiência política de inovação e criatividade protagonizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores.

A experiência do Raízes do Brasil

Os resultados aqui apresentados combinam a participação na construção do empreendimento em questão com a consulta ao documento *Relatório do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular* (MPA, 2019). Neste *Relatório*, observamos dados quantitativos como o número de municípios, cooperativas e famílias produtoras participantes, além do número de alimentos oferecidos e consumidores que consomem no Raízes do Brasil.

Também fizemos a análise a partir da revisão bibliográfica do *Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular* (SILVA et al, 2019). A publicação aglutina e reflete sobre as experiências produtivas do movimento desde o seu surgimento, no ano de 1996, até o momento contemporâneo em que atua em 17 estados, organizando aproximadamente 100 mil famílias (SILVA et al, 2019).

As primeiras iniciativas de comercialização do espaço Raízes do Brasil no Rio de Janeiro ocorreram no ano de 2017, através da venda de cestas de alimentos montadas pelos consumidores através de uma lista de itens disponibilizada em um site. As cestas foram conceituadas como Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis e tornaram-se mecanismo de comercialização que vem se consolidando desde então.

O espaço Raízes do Brasil fica no bairro de Santa Teresa, região central do município. Participam agricultores(as) e suas famílias das seguintes cidades do estado do Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias Queimados, Seropédica, Vassouras, Paty de Alferes, Mesquita, Teresópolis, Friburgo, Duas Barras, Três Rios, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Silva Jardim, Mangaratiba e Quatis (MPA, 2019).

Trata-se de um empreendimento econômico que funciona como espaço de comunicação e plataforma das temáticas da agroecologia camponesa. Ele funciona como entreposto de comercialização dos alimentos, estocando e escoando os produtos agroecológicos que são comercializados pelo Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP). Atualmente, sua estrutura de trabalho divide-se nos seguintes setores: abastecimento externo, abastecimento interno e finanças.

O espaço possui uma loja camponesa que distribui alimentos de 26 cooperativas e associações de 13 estados da federação. Isto corresponde, indiretamente, ao estabelecimento de articulações político-econômicas com 23 mil famílias das cinco regiões do país (MPA, 2019). Esses dados permitem observar que as relações econômicas do

Raízes do Brasil dão forma a um setor da economia popular que é organizado por cooperativas e associações dirigidas pelos próprios camponeses. Algo que representa uma inovação em relação às práticas do agronegócio comandadas por transnacionais e pelo empresariado rural (SHIVA, 2002).

O trabalho operativo de distribuição vem sendo desenvolvido por cerca de 20 representantes da juventude do MPA oriundos da Bahia, Recife, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O processo de trabalho e formação é realizado na medida em que o grupo realiza as tarefas de: i) a mediação entre a demanda dos núcleos de consumidores e a produção dos agricultores, ii) realização dos pedidos para as cooperativas parceiras localizadas em outros estados, iii) contatos institucionais para ampliação de comercialização e realização de feiras, iv) assessoria técnica em agroecologia e transição agroecológica junto aos camponeses e camponesas que constroem o movimento.

Na perspectiva dos vínculos socioeconômicos, trata-se de uma experiência produtiva que integra produção, distribuição, comercialização e abastecimento alimentar. Por essa característica, atua na totalidade dos processos de circulação dos alimentos da agroecologia, desenvolvendo projetos estruturantes tanto nos Sistemas Camponeses de Produção quanto no abastecimento. Os vínculos baseiam-se em noções de reciprocidade e solidariedade consciente e demandam apoio mútuo entre consumidores e produtores para efetivação do processo. Conceitualmente, isso é sintetizado na insígnia “Aliança Campo e Cidade por Soberania Alimentar e Poder Popular”, utilizada pelo movimento e que expressa a vinculação entre produção e consumo.

Os grupos de consumo são conceituados como Núcleos Territoriais de Cestantes e estão divididos em 23 territórios, agrupando 65 bairros nas zonas sul, centro, zona norte e zona oeste envolvendo ainda as cidades de Paquetá e Niterói, localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esses núcleos são liderados por coordenadores voluntários, que auxiliam na organização dos fluxos de informação da entrega de alimentos.

A região metropolitana agrupa aproximadamente 4 mil consumidores. A média mensal de abastecimento de alimentos através do produto Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis é de 1600 unidades por mês, totalizando cerca de 16 toneladas de alimentos escoados. Em relação à biodiversidade dos alimentos, são ofertados 859 itens (MPA, 2019).

A estratégia desenvolvida no Rio de Janeiro não foi fruto da experiência particular do estado. O conhecimento acerca dos processos de organização desse trabalho já vi-

nha sendo desenvolvido por militantes do MPA em outros estados, com destaque para o Rio Grande do Sul e Espírito Santo, que acessaram políticas públicas ligadas à agroecologia e ao desenvolvimento de energias renováveis na década anterior. Dessa forma, podemos afirmar que a experiência fluminense representa o desenvolvimento de aprendizagens anteriores que se consolidaram e se expandiram como ativos intelectuais e de conhecimento do próprio MPA. Conforme podemos observar no acompanhamento da experiência e na análise do Relatório, destacamos as seguintes características:

a) *Estímulo à diversidade produtiva e alimentar* por meio da agroecologia camponesa, promovendo junto aos camponeses plantios diversificados e, junto aos consumidores, canais alternativos aos grandes supermercados, com oferta de alimentos diversos e distintos daqueles encontrados nas redes varejistas. Nesse aspecto, destacamos a variedade de batatas doces comercializadas: batata doce comum, batata doce roxa e batata doce cenoura e a comercialização de produtos beneficiados de milho não transgênico como a farinha para cuscuz e a canjica.²

Um exemplo a ser mencionado é a diversificação da produção do agricultor Rodrigo Silva, do assentamento São Bernardino no município de Queimados. O núcleo de consumidores urbanos demandou o consumo por melancia, produto que não constava no plano de manejo dos agricultores participantes. Por meio do fornecimento de sementes não transgênicas, foi possível diversificar a produção agrícola, capacitar tecnicamente o agricultor naquele cultivo e aumentar a geração de renda. Com essa estratégia, foi introduzida uma técnica diversificada de plantio, o que colaborou com a ampliação do conhecimento e das aprendizagens dos camponeses do local.

b) *Fortalecimento dos vínculos sociais e políticos* entre o campesinato e setores urbanos progressistas. Nesse contexto, destacamos que o arranjo econômico-institucional do Raízes do Brasil não conta com financiamento público governamental e é financiado, prioritariamente, por uma parceria operário-camponesa, através de recursos da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

c) *Valorização da cultura camponesa e consolidação* de um espaço de comunicação entre alimentação, cultura e política. Destacamos o trânsito de organizações em defesa dos direitos humanos e a irradiação das questões camponesas para setores institucionais e parlamentares no Rio de Janeiro. Isto é realizado pelo aluguel do espaço

2. Produto comercializado pela Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê Ltda, localizada no Estado da Bahia.

para tais organizações e pela oferta de serviços de café da manhã e almoço que já vinham sendo disponibilizados no próprio espaço.

d) *Espaço de formação e aprendizagens*. Destacamos que a dinâmica de trabalho do espaço tem a função de preparar tecnicamente e operativamente os participantes, sendo que, muitos deles, têm naquele espaço seu primeiro emprego e, após participar por períodos determinados do trabalho, retornam aos seus estados para construir experiências locais de comercialização e distribuição alimentar.

Isso permite afirmar que a educação/preparação para o trabalho ocorre mediada pelas práticas da economia popular e da inovação realizadas pelo movimento. Além disso, o espaço é campo de extensão e orientação de universidades locais que desenvolvem trabalhos em diversas áreas: nutrição, agronomia, comunicação, engenharia de produção, dentre outras. Um convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) assinado no ano de 2019 se destaca nesse contexto.

Tais exemplos ilustram a construção de uma aprendizagem que permite aprofundar conhecimentos de manejo dos sistemas agroalimentares agroecológicos, desde os aspectos produtivos até os aspectos de estocagem, transporte e armazenamento. Aprendizagens baseadas em uma racionalidade distinta da produzida pelo agronegócio, baseada em monoculturas do solo e monoculturas da mente.

No contexto do MPA, essas racionalidades são sintetizadas pelo conceito de Alimergia, criado pelo movimento. O conceito corresponde a um paradigma que “reflete uma lógica de pensar, planejar, organizar e praticar a agricultura” (SILVA, et al 2019, p. 65) e que tem a cultura camponesa como “ponto de partida prático para o desenvolvimento da via campesina para a agricultura”.

Os principais objetivos são o aproveitamento múltiplo dos cultivos energéticos, transformando-os em energias renováveis, fertilizantes orgânicos, rações e blocos alimentares para a produção de carne e leite, assim como a organização de agroindústrias em rede, de forma a articular interações econômicas, ecológicas e de informações. O arranjo visa explorar as potencialidades e superar os limites de cada subsistema em particular, construindo uma base de recursos autogerenciada pelos camponeses e suas cooperativas (SILVA, et al, 2019, p. 66)

Nesse sentido, afirmamos que a experiência implementa um sistema de economia que consolida práticas produtivas e sociais por meio de inovações institucionais, organizativas e produtivas alternativas à agricultura 4.0 e sua racionalidade instrumental.

Prosseguindo na caracterização de outros elementos observados, destacamos o processo de transição agroecológica como um elemento fundamental no processo organizativo do MPA. Trata-se de apoio e assessoria técnica realizadas pelo movimento, que buscam apoiar as famílias camponesas na transição do cultivo baseado em monocultura e pacotes agroquímicos para a produção baseada em policultivo e uso de bioinsumos. O programa é denominado Programa de Aceleração da Transição Agroecológica (PAT-Agroecológica) (EVARISTO; KRAUSER, 2020). Na compreensão dos militantes, o PAT é um

artefato político-pedagógico pragmático, que contempla elementos produtivos, políticos, socioculturais e ambientais em contexto multi e transdisciplinar, capaz de promover a integração entre as mais diversas expressões de práxis agroecológica desenvolvida no conjunto organizativo do movimento, na materialização da expressão camponesa “organizar, produzir, alimentar” (EVARISTO; KRAUSER, 2020, p. 10).

A transição agroecológica envolve práticas pedagógicas de produção e gestão participativa, máxima diminuição de insumos externos, e considera a soberania genética, hídrica e alimentar dos grupos envolvidos. Ela é efetuada pelo método “De Camponês a Camponês”, em que os próprios agricultores intercambiam suas experiências, saberes e conhecimentos. Pela citação acima, podemos ver que esse conteúdo técnico é compreendido em seu sentido de artefato, portanto, em seu sentido de técnica e tecnologia, propulsor de aprendizagens e conhecimentos úteis ao programa político do movimento. O baixo nível de maturidade organizacional em relação à possibilidade de manutenção e desenvolvimento dos empreendimentos é identificado como um desafio (EVARISTO; KRAUSER, 2020).

Na perspectiva estadual, os processos de transição envolvem famílias camponesas agrupadas em uma diversidade de formas organizativas: cooperativas, associações, pequenos produtores, sítios familiares, agroindústria de pequeno e médio porte, Unidades de Produção Camponesa vinculadas politicamente ao MPA, famílias neorurais, coletivos urbanos de beneficiamento de alimentos, dentre outros.

Essas estratégias passam a organizar a forma social da vida e da cultura dessas comunidades, mediando novas aprendizagens e formas de conhecimento. Um importante fato a ser destacado é sua potencialidade para constituir uma racionalidade al-

ternativa que irradia das práticas concretas e decodifica o pensamento tácito em formas de conhecimento, ações e reflexões diversificadas. Assim, implementam inovações técnico-produtivas que fomentam capacidades criativas e, deste modo, possibilitam invenções institucionais no setor agroalimentar.

Conclusões

Diante do exposto, afirma-se que a hipótese apresentada na introdução deste trabalho foi comprovada, uma vez que o empreendimento de economia popular do Raízes do Brasil possibilita a aglutinação de distintos atores que vivenciam formas econômicas baseada em reciprocidade, cooperação e na utilização de saberes e conhecimentos solapados pela lógica do agronegócio.

Celso Furtado identifica dois aspectos do processo de criatividade que alteram a racionalidade dos padrões de produção: um relacionado ao aspecto técnico-instrumental, que aumenta a capacidade produtiva da economia, e outro ligado ao uso, à apropriação desses meios e aos valores que vamos adicionando a eles. Ambos os aspectos são observados na experiência aqui analisada, visto que há tanto um aparato técnico-científico que orienta a produção agroecológica, quanto formas de associações diversificadas entre os atores sociais que implementam a ação. O resultado permite a incorporação de formas de aprendizagem técnicas e intelectuais distintas das produzidas pelo setor do agronegócio.

É importante destacar, contudo, que esse processo é contraditório e permeado por constrangimentos próprios da economia do capital. Assim, é preciso considerar suas limitações – em termos de escala comparativa com os monopólios do agronegócio – afirmando seu caráter limitado em razão de seu alcance reduzido, representando um aspecto minoritário dentro do sistema agroalimentar, caracterizado pela lógica predatória e genocida de exploração dos bens comuns e do meio ambiente. Esta forma de organizar a produção exclui e subjuga outros saberes, legitima a homogeneização e a erosão da diversidade cultural e ecológica das populações que vivem nesses territórios, configurando o que a Vandana Shiva (2002) identifica como monoculturas da mente.

Apesar disso, o que sugerimos é que são as experiências concretas realizadas pelos movimentos sociais que impulsionam o desenvolvimento de inovações institucionais e políticas públicas que se relacionam à “imaginação política” furtadiana, por provocar descontinuidades estruturais e convergir para atos inovadores que orientam mudanças e transformações no sistema econômico.

Referências

- CHÁ, Ana Manuela. *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- EVARISTO, Douglas. KRAUSER, Raul. *Programa de Aceleração da Transição Agroecológica: de experiência à prática camponesa*. In: COLETIVO Nacional de Soberania Alimentar. *Semear: Cadernos de Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, 2020.
- FURTADO, Celso. *Cultura y Desarrollo*. Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe de la UNESCO. *Tomado de Diálogo*, n. 22, México, D.F., 1997. UNESCO: Havana, 2003.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MENDONÇA, Sônia. Estado e Hegemonia do agronegócio no Brasil. *História e Perspectivas*, Uberlândia (SP), n. 32/33, p. 91-132, ago.-dez. 2005.
- MOONEY, Pat; ETC Group. *La insostenible Agricultura 4.0. Digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria*. [S. l.]: ETC Group, 2018.
- MPA. *Relatório de atividades do setor de abastecimento popular*. Rio de Janeiro: Movimento dos Pequenos Agricultores, 2019.
- NÚÑEZ, Orlando. La economía popular, asociativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, L. (org). *La economía social desde la periferia*. contribuciones latinoamericanas, Buenos Aires: Altamira, 2007.
- QUIJANO, Aníbal ¿Sistemas alternativos de producción? In: CORAGGIO, L. (org). *La economía social desde la periferia*. contribuciones latino-americanas. Buenos Aires: Altamira, 2007.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2002.
- SILVA, Maiara. *Cesta camponesa de alimentos saudáveis: uma estratégia na aliança campo-cidade por soberania alimentar*. 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SILVA, MARCELO (Org.). *Plano camponês por soberania alimentar e poder popular*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- VÁSQUEZ, Gonzalo. Antecedentes de la noción de economía popular: La perspectiva coraggiana. (Dossier). *Cds*, n. 6, dic. 2017.

